DOS ATOS E PRAZOS PROCESSUAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

João Otávio de Lima, Rachel Lopes Queiroz Chacur, Adriana Aparecida Giosa Ligerio

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: joaootaviolima@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar atos e prazos processuais no Código de Processo Civil vigente e no novo Código de Processo Civil. O cotejo dos artigos que tratam do tema tanto no Código de Processo Civil vigente e o artigo correspondente no novo Código de Processo Civil, foi fundamental para compreensão e ciência do assunto. A metodologia constou eminentemente da pesquisa bibliográfica, orientando a interpretação adequada que o novo regramento objetiva alcançar para o alcance da pacificação social. Os resultados foram a facilitação da compreensão das regras pertinentes a aplicação e interpretação de atos e prazos no novo Código de Processo Civil. A pesquisa conclui que esse novo regramento deve colaborar com a simplificação e agilidade para entrega da tutela jurisdicional em tempo razoável.

Palavras-chave: Novo CPC; alterações; atos e prazos; comparação; CPC/73.

ACTS AND TERMS PROCEDURE IN THE NEW CIVIL PROCEDURE CODE

ABSTRACT

The research aims to analyze acts and procedural deadlines in the Code of Civil Procedure in force and the new Civil Procedure Code. The collation of articles addressing this issue both in the Civil Procedure Code in force and the corresponding article in the new Civil Procedure Code was essential for understanding and science of the matter. The methodology consisted predominantly of literature, guiding the proper interpretation that the new objective regramento achieve for achieving social peace. The results were the facilitation of understanding of the rules pertaining to application and interpretation of acts and deadlines in the new Civil Procedure Code. The research concludes that this new regramento should collaborate with the simplification and flexibility for delivery of judicial protection in reasonable time.

Keywords: New CPC; changes; acts and terms; comparision; CPC/73.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva tratar dos atos e prazos no Novo Código de Processo Civil. Tal atividade considera as alterações legislativas impostas pela Lei nº 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil). Assim objetiva avaliar a concepção dos Atos Processuais e ainda a contribuição das referidas normas vislumbrando o processo judicial como fim. Nesse contexto, verificar as formas dos Atos Processuais, interpretando-as, levantando as tendências burocráticas de adaptação dos cartórios e a rotina forense. A pesquisa compara os conteúdos dos artigos que tratam do tema no Código de Processo Civil de 1973 (o |Código ainda vigente) e o Novo Código de Processo Civil (vigente a partir de março de 2016). Toda a discussão desenvolvida ao longo do estudo aborda os princípios constitucionais e princípios Informativos do Processo Civil para obtenção da resolução de conflitos de interesses na sociedade.

O objetivo deste estudo foi apresentar uma visão panorâmica dos atos e prazos processuais no novo Código de Processo Civil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi eminentemente bibliográfica, tendo a intenção de possibilitar a compreensão dos atos e prazos processuais no Código de Processo Civil vigente e no novo Código de Processo Civil. O estudo aponta as significantes mudanças com edição do novo Código de Processo Civil no tema ora sob enfoque.

Num estudo, partindo-se do raciocínio hipotético dedutivo, foram construídas as bases do trabalho, numa interpretação reflexiva e dialética.

RESULTADOS

O Novo Código de Processo Civil trouxe significativas alterações nos institutos dos Atos e Formas e prazos processuais, levando em conta a iminente necessidade de desburocratização dos procedimentos judiciais e as novas tendências tecnológicas no Poder Judiciário, sob esse novo contexto legal de procedimentos cumpre aos operadores do direito, uma adaptação nos sistemas operacionais e na prática forense.

DISCUSSÃO

O conceito de ato processual, encampa um conjunto de atos, de forma coordenada e sequencial, cada qual com suas características e efeitos, que se distribuem no tempo, culminando

em consequências jurídicas e práticas, objetivando resolução de conflitos, através de uma decisão judicial entrega a tutela jurídica de direito material.

Segundo Luiz Rodrigues Wambier, o ato processual é “toda manifestação de vontade humana que tem por fim criar, modificar, conservar ou extinguir a relação jurídica processual [...], podem ser incluídos na categoria de ato processual as manifestações de qualquer dos sujeitos processuais, não apenas das partes, pois todas visam o mesmo objetivo” (WAMBIER, 2006, p.164).

Diante do conceito dogmático do ato processual, constata-se a importância da adequação do ato processual e seus reflexos, no curso do processo, para findar a obtenção da tutela de direito.

Os atos processuais podem ser praticados inclusive na forma eletrônica. O Código vigente no art. 154 registra essa possibilidade. O novo Código de Processo Civil, no art. 193, trata do assunto.

A doutrina registra:

Os atos processuais são conceituados como toda manifestação da vontade humana que tem por fim criar, modificar, conservar ou extinguir a relação jurídica processual. Não ficam restritos a esfera de atuação das partes, mas de todos os sujeitos do processo. (WAMBIER, 2006, p. 164).

A diferença é que o novo Código de Processo Civil registra que tais atos possam ser exercitados de forma parcial ou totalmente digitais. O sistema de automação processual respeitará a publicidade dos atos; o acesso a participação das partes e de seus procuradores; inclusive, nas audiências e nas sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma ocupacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, serviços, dados e informações que o Poder Judiciário administre no exercício de suas funções (art. 194, NCPC).

O parágrafo único do art. 197, do NCPC, estabelece que “*nos casos de problema técnico do sistema e de erro ou omissão da justiça responsável pelo registro de andamentos, poderá ser configurada a justa causa prevista no art. 223, caput, e, §1º*”. Deste modo quando a plataforma eletrônica ficar inoperante, por falha técnica, o prazo será prorrogado para o próximo dia útil. A falha poderá ser certificada pelos operadores do sistema eletrônico e poderá acarretar a prorrogação do prazo caso seja superior a 60 minutos ou ocorrer a indisponibilidade entre as 23hrs até as 24hrs - Resolução 185 do CNJ (WAMBIER; T. A., 2015, p. 364).

Quanto à classificação, os atos processuais, tanto no Código vigente, como no Novo Código (Lei 13.105/2015), apresentam-se como atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou do chefe de secretaria; divididos em suas respectivas seções.

A divisão apresentada não é taxativa, pois há ainda a classificação também quanto aos agentes que, todavia, praticam atos processuais, como o contador, o perito, o oficial de justiça, etc.

Nesse contexto, os atos processuais podem ser apresentados na forma solene e não solene. De modo que, é solene quando a forma para o ato processual está composta em lei, e a não solene, são os atos praticados de forma livre.

A forma para os atos processuais é citada no art. 188 do NCPC, “que reitera o conteúdo consagrado art. 154 do CPC/73 e prestigia o princípio da instrumentalidade das formas [...], onde registra que sempre haverá de se observar alguma forma na prática dos atos e termos processuais, preferencialmente a forma preconizada em lei, porém se darão válidos e úteis os atos e termos processuais que, ainda que praticados de forma distinta daquela prevista, atinjam sua finalidade essencial” (WAMBIER T. A., 2015); implicando a nulidade na falta disto. Contudo, o ato poderá ser reconsiderado, onde por exemplo, em uma citação irregular (ausente de forma da citação), o réu, por livre e espontânea vontade, se apresente ao processo.

Todos os atos processuais são públicos, visto que a Constituição Federal assegura em seu art. 93, IX, que “todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos”. O CPC (tanto o vigente quanto o NCPC) também apresenta devida regulamentação contida no texto do art. 155 (art. 189, NCPC): “os atos processuais são públicos”. Entretanto, cabem exceção os casos que correm em segredo de justiça. Análogo ao CPC/73, o Novo Código traz as mesmas hipóteses previstas, porém acrescido dos incisos III e IV (“III – em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV – que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante juízo”).

Ademais, “Cumpra observar-se a restrição imposta pelos §§ 1º e 2º do art. 189” (WAMBIER T. A., 2015, p. 364), atribuído como parágrafo único do art. 155, CPC/73. A finalidade do princípio da publicidade é apresentar um sentido de transparência do Judiciário, limitando, pois, publicações que aferem o interesse das partes intervenientes ao processo.

Nos termos do art. 158 do CPC/73, “os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção dos direitos processuais”; praticados pelo autor ou réu, pelo Ministério Público ou pelos terceiros intervenientes. Assim, conforme o código, os atos unilaterais são os que a parte pratica

sem necessitar da anuência da parte contrária, que por excelência são os atos de postulação, como a petição inicial do autor e a resposta do réu, e os demais que se possam fazer no curso do processo. De outro lado, um exemplo comum de ato bilateral é a transação, que provocará a extinção do processo, com julgamento de mérito (GONÇALVES, 2011, p. 259).

Os atos da parte dividem-se em dois grupos: atos de obtenção e atos dispositivos. Assim dizendo como atos de obtenção, a prática do ato por aquele que objetiva alcançar um resultado favorável com a atividade jurisdicional, sendo por aspecto processual ou de cunho material. Em sequência, temos os atos dispositivos, que são os que as partes visam adquirir o resultado intencionado, antes objetivado através de um ato de obtenção (WAMBIER L. R., 2006, p. 168).

Os arts. 190 e 191 do NCPC, tratam do negócio jurídico processual. O novo Código apresenta o firme propósito de realçar esta possibilidade de pacto jurídico tendo por objetivo temas atinentes ao processamento da causa (WAMBIER T. A., 2015, p. 351).

É o fato jurídico voluntário, em cujo suporte fático confere-se ao sujeito o poder de escolher a categoria jurídica ou estabelecer, dentro dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais (DIDIER, 2015, p. 376).

O negócio jurídico processual poderá ser celebrado antes ou durante o procedimento da causa e, em regra, não depende de homologação judicial. Não é absoluto, sujeitando-se ao regime de invalidades dos negócios jurídicos. Permite-se o controle, pelo órgão jurisdicional, de ofício ou a requerimento da parte, da validade das convenções estabelecidas no negócio jurídico processual. Por derradeiro, é também passível de rejeição quanto à sua aplicação o negócio jurídico processual no qual uma das partes se encontre em certa vulnerabilidade, ou seja, que o negócio tenha sido celebrado em cenário de antecedente hipossuficiência de uma parte em relação a outra, ou que torne uma das partes vulnerável relativamente à outra em virtude do próprio negócio. (WAMBIER T. A., 2015, p. 354, 355 e 366)

Quanto aos pronunciamentos do juiz, tem-se no CPC vigente os atos do juiz são enumerados no art. 162, como sentença, decisão interlocutória e despachos. A nova lei usa o termo “pronunciamento”, e não aquele de que se serve o CPC/73, que, ao alistar três espécies de “atos”, referiu-se, apenas, aos pronunciamentos, aludindo, então, exclusivamente a uma categoria de atos, que não abrange todos os atos praticados pelo juiz, como, por exemplo, os praticados durante a fase instrutória, nem a tantos outros de igual relevância (WAMBIER T. A., 2015, p. 368).

Quanto as sentenças e decisões interlocutórias o CPC/73, elege como critério para identifica-los o art. 162, §1º. O NCPC acrescenta mais um critério (que é a sua função pôr fim à fase cognitiva do procedimento comum e à execução). Em face disto, haverá decisões que a nova

lei chama de interlocutórias, mas que transitam em julgado e podem, eventualmente, ser reincididas, são as interlocutórias de mérito; também são interlocutórias as decisões que não são de mérito e que não extinguem o procedimento, visto como um todo, as decisões que indeferem liminarmente a reconvenção, a oposição e outras tantas ações incidentais. Têm conteúdo de sentença, pois põem fim à relação processual entre reconvincente e reconvinido, opoente e opostos, mas não à fase cognitiva do procedimento comum visto como um todo (WAMBIER T. A., 2015, p. 370/ 371).

É importante observar-se que o conteúdo é um dos critério levados em conta para se identificarem as sentenças. Isto não ocorre com relação às decisões interlocutórias. Não é o conteúdo específico que elas apresentam que as distingue dos demais pronunciamentos do judiciais, mas a natureza deste conteúdo, que tem de ser decisória, desde que não se encarte nos arts. 485 e 487, NCPC. Por outro lado, a decisão cujo conteúdo não seja encartável nesses artigos, será uma decisão interlocutória, já que não terá como efeito o de pôr fim à fase de conhecimento do procedimento comum a processo.

Quanto aos despachos e atos meramente ordinatórios, tem-se que despachos são todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte (art. 203, §3º). Os despachos de mero expediente não existem mais, correspondem a providências que hoje ficam a cargo do serventuário de justiça.

A regra do § 4º do art. 203, NCPC, é um dispositivo genérico, em que se estabelece que os atos “meramente ordinatórios” dever ser praticados *ex officio* pelo servidor e revistos pelo juiz, quando for necessário. Estes atos, equivalem aos pronunciamentos que consistiam exata e precisamente no conteúdo dos despachos de mero expediente. Os despachos têm conteúdo discretamente decisório, os atos meramente ordinatórios têm ausência de conteúdo relevantemente decisório.

Quanto aos atos do escrivão ou do chefe de secretaria, visto que todos os atos processuais precisam ser devidamente documentados e distribuídos às partes, surge a conveniente e relevante presença do escrivão e do chefe de secretaria. O Código organiza em seu art. 141 (correspondente ao art. 152, NCPC) algumas das tarefas que o escrivão deve executar durante o processo. Ainda, apresenta os artigos 166 ao 171 do vigente Código de Processo Civil, que “traça as regras burocráticas que o escrivão deve seguir para a atuação, bem como para a sequência lógica dos atos procedimentais, como, por exemplo, a numeração e rubrica de folhas, a data e assinatura do escrivão nas certidões e termos de juntada, vista e conclusão, etc. (WAMBIER L. R., 2006, p. 174).

Toda documentação do escrivão ou chefe de secretaria está coberta pela presunção de veracidade, que decorre de fé pública que a lei reconhece ao seu ofício (THEODORO JR, 2013, p. 270); mas, serão responsabilizados, civil e regressivamente quando sem justo motivo, se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que lhe são subordinados ou, praticarem ato nulo com dolo ou culpa (art. 155, NCPC; art. 144, CPC/73).

Por fim, os prazos se dividem em quatro grupos: prazos próprios, impróprios, dilatatórios e peremptórios. Como prazos próprios, são aqueles aplicados às partes, ao Ministério Público e aos terceiros intervenientes, e, que se não respeitados, pode ocorrer a preclusão do direito de praticar o ato, em regra contida no art. 183, CPC/73.

Os prazos impróprios empregam-se ao juiz, seus auxiliares e ao Ministério Público, quando fiscal da lei. Não implicam a perda da faculdade, nem o desaparecimento da obrigação de praticar o ato, mesmo depois de superados. Por sua vez, “prazos peremptórios são os cogentes, que não podem ser modificado pela vontade das partes; prazos dilatatórios podem ser alterados por convenção das partes” (GONÇALVES & Rios., 2011, p. 265), desde que condigam com o art. 181, CPC/73.

Há importante modificação estabelecida pelo novo Código acerca da contagem dos prazos em dias. Há, em verdade, racionalização da contagem de prazos em dias, excluindo-se neste cômputo dos dias não úteis (WAMBIER T. A., 2015, p.368); diferente do CPC/73, o qual computava tais dias ao curso do processo. Assim, o art. 219 do NCPC, estabelece que apenas serão levados em consideração na contagem dos prazos, os dias úteis, excluindo-se os feriados forenses, os sábados, os domingos e os dias que não houver expediente forense.

Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Os dias do começo e do vencimento dos prazos serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica (art. 224, *caput* e §1º, NCPC).

O art. 229, NCPC reflete, com algumas modificações positivas, o conteúdo do art. 191, CPC/73 (WAMBIER T. A., 2015, p. 396). Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão os prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento. Vale frisar também que não se aplica o disposto texto legal aos processos em autos eletrônicos (art. 229. §2º).

Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, não de realização audiências nem sessões de julgamento. Também, suspender-se-ão o curso do prazo por obstáculo criado em detrimento da parte ou ocorrendo qualquer das hipóteses do art. 313, devendo o prazo ser restituído por tempo igual ao que faltava para sua complementação (art. 220, *caput* e §2º e art. 221, NCPC).

CONCLUSÃO

O presente trabalho tratou sobre os atos e prazos processuais, exercendo um cotejo entre o CPC vigente e o Novo Código de Processo Civil, de forma a enfocar e esclarecer as diferenças quando da abordagem de atos e prazos processuais. Conclui-se que em meio a diversas alterações descritas ao decorrer desta pesquisa, se destaca as mudanças no tocante aos prazos, que agora passam a ser contados somente em dias úteis e sobre o recesso forense em relação aos advogados, pois a partir da vigência do novo Código de Processo Civil, os advogados passam a ter efetivamente período de férias.

O Novo Código prenuncia grande perseverança ao entrar em vigência, em virtude não só de sua adequada estrutura, mas também dos benefícios que trará ao processo, deixando a atividade jurisdicional mais célere, simples e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ALVIM, Arruda Eduardo. ASSIS, Araken de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 3ª edição revista e atualizada. Revista dos Tribunais Thomson Reuters, São Paulo, 2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2002.

Críticas ao Novo Projeto de CPC são senso comum. Revista Consultor Jurídico, em 27 de Junho de 2011.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Teoria Geral do Processo Comentários ao CPC 2015**. São Paulo: Editora Gen, vol.1, ed.1, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 1ª ed., vol. Único, 2011.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Editora jusPODIVM, 2015, 17ª ed., vol.1.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense. vol.1, 54ª ed., 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. São Paulo: Editora RT, 10ª ed., 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MELLO, Rogério Licastro Torres De; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil Artigo por Artigo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol.1, 1ª ed., 2015